

# Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina

Cristiane Luiza Sabino de Souza<sup>1</sup>

20

## Resumo

Neste artigo aponto alguns elementos sobre importância das elaborações teóricas de Karl Marx e Método do Materialismo Histórico Dialético (MHD), para o estudo da questão racial. Para tanto situo a batalha das ideias em torno dos debates acerca do racismo, evidenciando que a disputa vai além de epistemologias ou meras narrativas, são disputas políticas, de projetos societários. Também foi necessário “limpar o terreno” em relação a Marx e ao marxismo, de modo a deixar explícita a ordem das dificuldades na apropriação do MHD em relação aos estudos sobre o racismo. Por fim, tendo em vista a máxima leninista da “análise concreta da realidade concreta”, faço algumas mediações sobre os caminhos necessários para a apreensão da complexidade do racismo nas relações sociais sob o capitalismo dependente latino-americano, buscando explicitar a relação inseparável entre racismo e superexploração.

**Palavras-chaves:** Karl Marx; materialismo histórico dialético; racismo; superexploração; luta de classes.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em serviço social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK (2012), mestrado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Atualmente é membro de grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA/UFSC) e professora de carreira do magistério superior da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, dependência, superexploração, questão agrária e questão racial. | [crisabino1@gmail.com](mailto:crisabino1@gmail.com)



## Resumen

En este artículo señalo algunos elementos sobre la importancia de las elaboraciones teóricas de Karl Marx y el Método del Materialismo Dialéctico Histórico (MHD), para el estudio de la cuestión racial. Por tanto, sitúo la batalla de ideas en torno a los debates sobre el racismo, mostrando que la disputa va más allá de las epistemologías o meras narrativas, son disputas políticas, de proyectos sociales. También fue necesario “limpiar el terreno” en relación a Marx y al marxismo, para dejar explícito el orden de las dificultades en la apropiación del MHD en relación a los estudios sobre el racismo. Finalmente, teniendo en vista la máxima leninista del “análisis concreto de la realidad concreta”, hago algunas mediaciones sobre los caminos necesarios para la aprehensión de la complejidad del racismo en las relaciones bajo el capitalismo dependiente latinoamericano, buscando explicitar la relación inseparable entre racismo y superexplotación.

**Palabras clave:** Karl Marx; materialismo histórico dialéctico; racismo; sobreexplotación; lucha de clases.

## Abstract

In this article I point out some elements about the importance of the theoretical elaborations of Karl Marx and Method of Historical Dialectical Materialism (MHD), for the study of the racial question. Therefore, I situate the battle of ideas around the debates about racism, showing that the dispute goes beyond epistemologies or mere narratives; they are political disputes, of societal projects. It was also necessary to “clear the ground” in relation to Marx and Marxism, in order to make explicit the order of the difficulties in appropriating the MHD in relation to studies on racism. Finally, in view of the Leninist maxim of “concrete analysis of concrete reality”, I make some mediations about the paths necessary to apprehend the complexity of racism in social relations under Latin American dependent capitalism, seeking to clarify the inseparable relationship between racism and overexploitation.

**Keywords:** Karl Marx; dialectical historical materialism; racism; overexploitation; class struggle.

## Introdução

As discussões sobre as possibilidades, ou não, de apreendermos a complexidade do racismo tendo como aporte teórico o marxismo, bem como sobre a relação, ou não, entre raça e classe, têm sido amplamente pautadas. Entretanto, cada vez mais, tornam-se questões eivadas de reducionismo, superficialidades e falsas contradições, em meio às quais tanto



os negadores do marxismo, quanto muitos marxistas, mantêm-se em situações que refletem, antes de mais nada, a recusa à própria realidade.

Neste breve texto, busco assinalar alguns elementos para o entendimento das questões em debate. Sem nenhuma pretensão de aparar suas muitas arestas ou de preencher as diversas lacunas em aberto, intento apenas somar-me aos esforços similares empreendidos recentemente<sup>2</sup>, bem como aos apresentados nesta edição.

Abordar a importância do Método do Materialismo Histórico Dialético (MHD), desenvolvido por Karl Marx, para o estudo do racismo, pressupõe fazê-lo ancorada no Método, o que implica, de saída, demarcar a análise do racismo na sua relação com a totalidade das relações sociais. Significa, pois, retirar o debate do campo reduzido do essencialismo identitário, da fragmentação e individualização liberal e evidenciar suas conexões dinâmicas e complexas com a produção e reprodução da vida social na sociedade centrada na produção do valor.

A premissa é de que o racismo, estando enraizado na dominação colonialista e imperialista, exige, para a sua análise, ser situado histórica e geopoliticamente na dinâmica concreta da realidade sob a qual se manifesta. São das suas manifestações cotidianas, mais ou menos explícitas, que constatamos a sua existência e coloca-se a necessidade de entender os seus fundamentos e transformar a realidade que o cria. Suas manifestações são o ponto de partida que *aparece* como singular, e só no processo de investigação das suas múltiplas determinações - do abstrato ao concreto - pode-se evidenciar a complexidade da sua dinâmica no bojo das relações sociais contraditórias que sustentam o capitalismo.

Assim, numa perspectiva do MHD, a compreensão do racismo requer superar as suas manifestações imediatas (superar dialeticamente, o que não significa ignorá-las, ao contrário, pois são o ponto de partida, o dado da realidade, embora caótico e superficial) e buscar as suas mediações e contradições com totalizações de maior complexidade. Ou seja, suas relações com o modo como se produz a vida na sociedade burguesa, centrada na propriedade privada dos meios de produção e da riqueza; bem

---

<sup>2</sup> Dentre estes, importantes artigos publicados: no nº 46, denominado questão étnico-racial e antirracismo, da revista *Em Pauta*, FSS/UERJ; O nº 41 - Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais, da revista *SER Social*, PPGPS/UnB, 2017; O nº 27 - Dossiê marxismo e a questão racial, da revista *Margem Esquerda*, Boitempo Editorial de 2016; O nº34 - Marxismo e questão racial, da revista *Lutas sociais da PUC/SP*, de 2015;



como as formas políticas e jurídicas correspondentes; só assim podem se explicitar as suas determinações, mas, também, como ele é determinante no conjunto das relações sociais em análise. Relações sociais, vale reforçar, dinamizadas pela desigualdade, pela exploração e pela dominação - de classe, raça e sexo, as quais constituem não apenas a dimensão da produção material da vida, mas, necessariamente, todas as suas dimensões - objetiva e subjetiva, material e espiritual, consciente e inconsciente, posto que são indissociáveis.

A discussão aqui apresentada está estruturada em 3 itens, além desta introdução: no primeiro, busco situar as construções ideológicas em disputa no debate do racismo, com o objetivo de ultrapassar a superficialidade da crítica aos "identitarismos" e reconhecer as contradições que atravessam a questão. No segundo, busco argumentar sobre a relevância das elaborações de Karl Marx para o estudo da questão racial e mostrar como, ao contrário de um Marx eurocêntrico, como é constantemente acusado, a crítica ao colonialismo e ao racismo fez parte dos seus estudos e do seu posicionamento político; destaco alguns elementos das elaborações do autor que permitem que estas sejam apropriadas para estudar temas e realidades sociais que o mesmo não estudou, ou não o fez profundamente; e, ainda, busco situar os caminhos tortuosos do marxismo no Brasil e a ordem das dificuldades na sua relação com os estudos sobre a questão racial. No item 3, pretendi apontar uma perspectiva de análise sobre o racismo no bojo das relações sociais sob o capitalismo dependente latino-americano, entendendo que, apesar de ser um fenômeno globalizado, o seu movimento concreto neste território determina e é determinado por processos particulares que demarcam-se pelas formações sociais de origem colonizada e escravista e pela permanente subordinação e dependência a que estão submetidas as economias latino-americanas; nesta perspectiva, o racismo e a superexploração da força de trabalho são totalizações conexas e indissociáveis, expressam a desigualdade brutal sob as *veias abertas* da América Latina.

### **O campo de batalhas: A disputa epistemológica é necessariamente político-ideológica e econômica**

Nesta quadra histórica, em que a crise estrutural do capital acentua-se profundamente, as formas de manipulação, de controle ideológico dos/as despossuídos/as e explorados/as ganha contornos cada vez mais



sofisticados. A destruição dos parques direitos sociais – que na realidade latino-americana jamais alcançaram a massa dos/as trabalhadores/as -, a privatização e a austeridade fiscal, como formas de garantir que o capital continue acumulando, requerem formas de controle compatíveis - tanto repressivo quanto ideológico. Repressão e dominação ideológica que andam juntas, são inerentes à lógica da produção de valor, ainda mais nestes tristes trópicos, não sendo algo novo, mas um processo latente de *genocídio*, *memoricídio* e *etnocídio*, como bem sintetiza o venezuelano Fernando Baéz (2010). Processo que nunca cessou, apenas se expressa de maneiras distintas ao longo da história da América Latina, e sem mudar o alvo: os povos originários e a população afrodescendente.

Nos nossos dias aprofunda-se o extermínio negro e indígena, o encarceramento da juventude negra, o controle territorial militarizado, a pseudo guerra ao tráfico etc.; mas há, também, um campo de batalha que se acirra no controle ideológico e na mistificação dos fundamentos das miséria que se espalha sob a sociabilidade do capital. É preciso controlar e minar o potencial de revolta dos miseráveis, dos detentores do nada - nem mesmo da possibilidade de venderem sua força de trabalho, já que não há trabalho para uma enorme e crescente parcela dos/as trabalhadores/as e a taxa de desemprego alcança níveis exorbitantes<sup>3</sup>.

À medida que se acentua a desigualdade fundante do capital, mais são necessários os mecanismos ideológicos de ocultamento dos reais motivos dessa desigualdade. Para além da determinação do modo como se produz a vida material, por meio da venda e exploração da força de trabalho, a determinação das formas de consciência é fundamental aos detentores da riqueza e do poder, conforme aponta Lukács (1923). Assim, é preciso observar que não apenas na contemporaneidade a discussão sobre o racismo tem composto este campo de batalha, mas a própria invenção do racismo é parte dela - a partir da invenção da ideia de distintas raças humanas e da construção social de uma sociedade racializada, nos processos de invasão colonial e escravidão e, posteriormente, sob o liberalismo burguês e o biologismo raciológico. Como mostra Clóvis Moura (1994), o

---

<sup>3</sup> Na América Latina e Caribe, em 2019, eram mais de 25 milhões de desempregados de acordo com a OIT (2019), podendo alcançar 45 milhões em 2020, no cenário da Covid 19 (OIT, 2020). Somente no Brasil eram 12,8 milhões de desempregados, em 2019, dos quais 8, 2 milhões são negros (pretos ou pardos) (PNAD/IBGE, 2019).



racismo se conforma como uma das mais consistentes armas ideológicas de dominação na sociedade capitalista.

O racismo, fruto de um dos processos que cria as bases do capitalismo - o colonialismo e a escravidão -, se complexifica e se transforma ao longo da trajetória das relações desiguais de produção e reprodução do capital, tendo, essencialmente, a função de mistificar estas mesmas relações. O racismo "expressa concretamente as desigualdades políticas econômicas e jurídicas" (ALMEIDA, 2019, p.50).

Entendo que situar historicamente o racismo no bojo das construções ideológicas correspondentes à realidade concreta é, desde uma perspectiva do MHD, essencial para deslindar a sua complexidade. Esta construção ideológica se move, ao longo do tempo, como mediadora-organizadora da exploração - primeiro escravista, depois capitalista. Mas, sendo as relações sociais dinamizadas pelas contradições e conflitos, em todo o mundo os povos explorados e dominados responderam a essas construções ideológicas e aos processos de exploração por elas encobertos com luta pela afirmação pelo seu direito de *ser*, desde as rebeliões e quilombos, na luta por libertação da escravidão, passando pelas lutas por libertação nacional, assim como as lutas contra a segregação racial, por autonomia, por participação democrática, etc. Em síntese: a racialização, a mistificação da desigualdade pela invenção do *outro*, bem como a luta pela libertação das suas garras e pela afirmação ontológica por distintos povos destituídos, ideologicamente, da sua humanidade e, concretamente, das suas condições de existência autônoma e digna, conforma-se, historicamente, como um campo de batalha<sup>4</sup>, aberta ou velada, mas sempre latente.

Uma dimensão desse campo é o âmbito da produção teórica. Neste, na sua dinâmica mais contemporânea, algumas perspectivas epistemológicas, tanto sobre o racismo quanto sobre as questões de gênero/sexo, são impulsionadas dentro dos mecanismos institucionais dominantes e outras são, necessariamente, atacadas, fragmentadas e apresentadas como as reais inimigas das lutas contra as opressões, como é o caso daquelas que apresentam críticas radicais às relações sociais hegemônicas, particularmente aquelas arraigadas no marxismo. Na

---

<sup>4</sup> Um campo de batalhas complexo, heterogêneo, no qual não apenas estão em oposição os interesses políticos e econômicos capitalistas contra os dos dominados e explorados, mas, confronta-se, também, sob a determinação daquela, diversos interesses no bojo dos próprios movimentos de resistência. Como, por exemplo, os distintos direcionamentos políticos dos movimentos negros.



expressão contemporânea desse processo, num panorama fundando já na década de 1970, irmanado com o neoliberalismo e apresentando-se como pós-modernidade, há a ascensão de perspectivas teóricas que negam a importância do conflito de classe ou do horizonte socialista, que reivindicam raça e gênero/sexo ou as experiências dos povos oprimidos, etc., e que projetam-se de maneira contundente, especialmente no âmbito acadêmico, mas perpassando, cada vez mais, os movimentos políticos. Nisso, reivindicam para si a inediticidade dos debates sobre as “opressões”, como se estas, anteriormente, jamais tivessem sido pautadas, ou, menos ainda, pautadas pelos movimentos políticos marxistas.

Nesta quadra histórica, vangloriam-se pela crescente substituição dos movimentos de massa, das células armadas, de perspectivas políticas nacionalistas revolucionárias, expressas nas décadas de 50 e 60, em nível mundial, por processos como a Revolução Cubana, as guerras de libertação anticolonial na África, o Partido dos Panteras Negras nos EUA, etc., por um “plácido multiculturalismo” sob o qual a perspectiva de identidade é fragmentada e esvaziada das suas conexões com a realidade social (HAIDER, 2019).

O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar. (HAIDER, 2019, p.45)

O mais relevante é compreendermos que a batalha das ideias em torno dos debates acerca do racismo além de epistemologias ou meras narrativas, são disputas políticas por projetos societários. Assim, é preciso atenção à reprodução mecânica das ideias importadas, dos jargões da moda, assim como é urgente, ao campo crítico, ultrapassar a superficialidade da crítica aos “identitarismos” e reconhecer as contradições que atravessam a questão. A disputa em torno do direcionamento do debate sobre raça, assim como do debate de sexualidade, gênero, etc., é parte da mudança do paradigma imperialista, desde as últimas décadas século XX, para o qual a dominação cultural torna-se cada vez mais essencial. Corresponde a tal mudança, a construção ideológica comandada pelas classes dominantes - por meios das suas instituições financiadoras de produção e difusão ideopolíticas, empreendidos pela cooptação dos movimentos de



contestação à ordem burguesa - e pelas academias imperialistas - em particular norte-americanas - que esvaziam a capacidade de crítica radical ao capitalismo, ao passo que apresentam “novas” pseudo-teorias de luta pela igualdade (individualista), para as quais o inimigo das/dos oprimidas/os (não se fala em trabalhadoras/es) é o comunismo marxista, e não o imperialismo capitalista e sua pilhagem e destruição do mundo.

Nas chamadas periferias do sistema, como a América Latina, tal contexto causou uma efervescência, eivada de confusão, dos chamados epistemólogos do Sul, como aponta Farias (2017). Não restam dúvidas que nesta confusão está também a mediação da imposição e a dependência cultural, numa trama de captação de intelectuais locais que faz parecer que as elaborações advindas desse processo são originais e imanentes à sua atividade desde a realidade periférica, e não uma importação<sup>5</sup>. Assim, reproduz-se o esvaziamento da crítica ao colonialismo real - siamês do imperialismo, fincado em bases militares, bombardeios no “Terceiro Mundo” e na pilhagem dos recursos naturais - para uma crítica à dominação eurocêntrica no campo cultural e intelectual. Crítica esta que necessita ser feita, porém não pode efetivar-se no âmbito da fragmentação liberal pós-moderna, mas sim como uma crítica radical capaz de “agarrar as coisas pela raiz” (MARX, 2005) - como processo necessário à produção teórica articulada com a práxis transformadora.

As políticas identitárias passam a corresponder ideologicamente à própria lógica de reprodução do capital, partindo dos discursos que convencem os/as trabalhadores/as a continuarem no processo de trabalho em condições cada vez mais aviltadas. Como exemplo disso, temos o chamado empreendedorismo que ganha uma força gigantesca junto a ampla parcela dos movimentos negros e *aparece* como fortalecimento do *povo negro*, da sua emancipação etc. Mas, na verdade, esconde a transferência dos custos de produção para as costas do/a trabalhador/a e a sua responsabilização pela produção de riquezas que serão, de muitas formas, apropriadas pelo grande capital financeiro.

Em outras palavras, o crescimento do discurso do empreendedorismo e o seu incentivo pelo Estado corresponde à incapacidade de criação de

---

<sup>5</sup> Algo que tampouco é novo e é inerente à dinâmica de dominação cultural já assinalada por autores críticos como Manoel Bomfim (2008) e José Carlos Mariátegui (2010), no início do século XX; Clóvis Moura (1978) alerta para os limites e comprometimento da produção sociológica atrelada às instituições representantes do capital.



emprego com direitos e garantias, mas serve para ocultar a brutal superexploração e a continuidade de uma situação em que grande parte dos/as trabalhadores negros/as sempre esteve inserida: o trabalho por conta própria ou informal, ambos precários<sup>6</sup>. Serve de discurso moralizante, meritocrático, que aponta aqueles que não são bem sucedidos como incapazes. E, ainda mais perverso, subordina o/a trabalhador/a a um sistema financeiro voraz, posto que grande parte dos mesmos tem dívidas<sup>7</sup> junto aos bancos ou está subordinada ao sistema de aplicativos de serviços, pertencentes aos grandes monopólios tecnológicos.

Assim, é preciso muita atenção sobre os discursos que reforçamos na nossa bem intencionada luta contra o racismo, senão reforçamos exatamente as ideias forjadas para manter as condições estruturais que o sustenta; e, em vez de reconhecer e combater a condição perversa de reprodução da vida a que estão submetidos, majoritariamente, negros e indígenas, romantizamo-la. Como afirma Silvio Almeida (2019, p.190) “No fim das contas, a identidade desconectada das questões estruturais, a raça sem a classe, as pautas por liberdade desconectadas dos reclamos por transformações econômicas e políticas nos tornam presas fáceis do sistema”.

Desse modo, é urgente tanto ultrapassar as “armadilhas da identidade” (HAIDER, 2019) quanto não perder de vista a dinâmica de poder econômico e político que as cria.

---

<sup>6</sup> A informalidade do trabalho, no capitalismo dependente, é uma tendência histórica, e expressa inviabilização do direito social à proteção ao trabalho face à extrema pilhagem da riqueza produzida pelos/as trabalhadores/as, mas expressa também a dinâmica da luta de classes e a subordinação total da classe trabalhadora aos ditames do mercado. De acordo com a PNAD/IBGE (2018) empregos informais chegaram a 41,4% do total. Entretanto, enquanto para a parcela branca da classe trabalhadora o percentual de informalidade é de 34,6%, para pretos e pardos atinge 47,3%.

<sup>7</sup> No Brasil são mais de 8 milhões de microempreendedores individuais, quase 50% sequer consegue quitar as taxas de inscrição na Receita Federal, estando inadimplentes:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Microempreendedor-o-novo-nome-do-desemprego-e-trabalho-precario>

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/09/internas\\_economia,741870/inadimplencia-no-mei-atinge-quase-metade-dos-inscritos-no-programa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/09/internas_economia,741870/inadimplencia-no-mei-atinge-quase-metade-dos-inscritos-no-programa.shtml)



## Karl Marx eurocêntrico? Os caminhos tortuosos que nos levam ao MHD

No âmago das disputas acima assinaladas, aos/às marxistas que entendem a importância das elaborações de Marx para a compreensão das particularidades das chamadas periferias do sistema, bem como de questões como o racismo e o sexismo, impõe-se certa premência em “limpar o terreno” e apontar elementos que evidenciem como a produção teórica e a perspectiva política do alemão estão para além da Europa. Porém, a necessidade de reafirmar a multilinearidade das elaborações de Karl Marx, não é fruto apenas do combate às deturpações liberais, mas, também, às interpretações reducionistas e fragmentadas dentro do próprio campo marxista - composto por muitos “marxismos”<sup>8</sup>.

As interpretações marxistas que tiveram hegemonia no século XX engessaram, por muito tempo, as possibilidades de uma apropriação do método de Marx e sua utilização crítica e criativa. Redundaram em transposições teóricas e orientações políticas economicistas e etapistas: uma “leitura simplificada e repetida outrora “oficial” se obstinava em reduzir O Capital a uma análise exclusiva das forças produtivas e das relações de produção, desconectando ambas as esferas da luta de classes” (KOHAN, 2007, p.19).

Em que pese os seus possíveis equívocos, em elaborações formuladas a partir do material histórico disponível, que, evidentemente, era muito aquém daquele que é acessado hoje, Marx não pode, honestamente, ser acusado de eurocêntrico, como o faz a crítica vulgar. Lukács (2003) afirma que o Método é o principal legado de Marx. E fica cada vez mais evidente que ele é fruto dos esforços, feitos pelo autor, para entender a complexidade da história; o que o obrigou a ir além da própria Europa. Como argumentam Anderson (2019) e Musto (2018), bem como provam os seus próprios escritos, Marx se desdobrou para entender a multilinearidade da história. Esforço empreendido não apenas nos últimos anos de sua vida, mas de forma muito contundente já nas pesquisas e elaborações do que viria a ser O

---

<sup>8</sup> Bons debates apresentam-se na coletânea: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Org. Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf> Há um material introdutório sobre os distintos “marxismos”, produzido pela Boitempo Editorial no curso “Marx e os marxismos”, disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/02/15/tv-boitempo-da-inicio-ao-curso-marx-e-os-marxismos-online/>



*Capital* (ANDERSON, 2019); acumulando uma quantidade de estudos que, de acordo com Musto (2017, p.32) compõem

[...] longos compêndios e interessantes anotações sobre a pré-história, o desenvolvimento dos vínculos familiares, as condições das mulheres, a origem das relações de propriedade, as práticas comunitárias existentes nas sociedades pré-capitalistas, a formação e a natureza do poder estatal, o papel do indivíduo, além de outras questões mais próximas de sua época, como, por exemplo, as conotações racistas de alguns antropólogos e os efeitos do colonialismo.

30

Muita dessa produção, sendo parte do processo de investigação e não preparada por Marx para publicação, só aos poucos vai sendo divulgada de forma mais ampla, havendo ainda, muitos cadernos e anotações não publicados em qualquer língua, como salienta Anderson (2019). A partir deles é possível acompanhar o modo como Marx pensava, o seu processo de elaboração e, também, a sua evolução - determinada por um esforço gigantesco para entender a realidade além da Europa e das formas particulares do surgimento do capitalismo naquele território. Esforço que o conduziu, cada vez mais, a romper com as perspectivas etnocêntricas e unilineares acerca do desenvolvimento das distintas sociedades. Nisto, Marx se envolveu decisivamente em estudos sobre outras formações sociais, sobre as lutas dos povos colonizados contra a opressão e exploração colonialista<sup>9</sup>.

A mistificação das relações sociais desiguais, com base nas diferenças étnico-raciais não escapou às análises de Marx, que discutiu amplamente como o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores irlandeses frente aos ingleses, estava atrelado a um processo de rebaixamento moral dos primeiros e exercia um papel fundamental na conformação das subjetividades de ambos, facilitando o seu processo de dominação e exploração e a fragmentação das suas lutas (ANDERSON, 2019). De igual

---

<sup>9</sup> Sobre os escritos de Marx acerca das sociedades não-europeias, em particular sobre a América Latina, são de grande valia duas publicações recentes realizadas na Bolívia: Cuaderno Kovalesky (Extractos) (2015) e Colonialismo: Cuaderno de Londres, nº XIV de 1851, [inédito] (2019), nas quais, estuda e faz apontamentos críticos a estudos antropológicos sobre a região. N'Ó Capital, especialmente no capítulo XXIV, há elementos chaves fundamentais para entender a vinculação umbilical entre o colonialismo, a escravidão, a pilhagem e expropriação dos povos originários da América e da África com o nascimento e a sustentação do capitalismo.



modo, Marx debruçou-se sobre a situação dos/as trabalhadores/as escravizados/as nos Estados Unidos, principalmente no contexto da Guerra Civil, com posicionamento antiescravista e ênfase no fato de que a libertação das/os trabalhadores negros/as da escravidão era fator decisivo para a emancipação dos/as trabalhadores/as assalariados da exploração capitalista, sendo que nem mesmo a redução da sua jornada de trabalho era possível mantendo-se a escravidão: "*o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro*" (MARX, 2013, p.372). Nesta sentença se explicita a perspectiva crítica de Marx em relação ao racismo e do seu papel na dominação do conjunto dos/as trabalhadores/as, a qual tanto os detratores de Marx quanto muitos marxistas negligenciam, mas que cumpre ser colocada no centro das análises, principalmente em países marcados pelo colonialismo e pela escravidão, como é o caso dos da América Latina.

De todo modo, é válida a consideração de Hobsbawm (1975) de que apropriar-se do MHD como método correto para a interpretação da história significa apropriar-se dos fundamentos teóricos que possibilitam apreender o movimento particular de cada sociedade; mas não reduzir as possibilidades de explicação àquelas dadas por Marx apenas como *linhas gerais*. E disso o próprio Marx tinha consciência: não são raras as suas advertências sobre a necessidade de se buscar em cada formação sócio-histórica, em cada sociedade, as particularidades do seu processo constitutivo, suas *tonalidades distintas*, rechaçando duramente as tentativas dos seus interlocutores de tomar a sua teoria como absoluta e supra histórica (MARX, 1975; 2008; 1934; MUSTO, 2018).

Mas se Marx voltou-se contra o eurocentrismo, o esquematismo e criticou duramente as tentativas de transformar sua teoria em algo supra histórico, pré-determinado e evolucionista, não se pode dizer o mesmo de muitos marxistas.

No Brasil, por exemplo, a introdução da teoria social marxiana se deu de formas controversas e absolutamente distantes de qualquer sentido real do MHD. De acordo com Konder (2010), foi teórica e politicamente deturpada. A formação da esquerda marxista hegemônica se deu enviesada na transposição de ideias e projeções teóricas e políticas sobre - e para - a classe trabalhadora, que descartou amplamente a dinâmica concreta, complexa e particular da luta de classes nesse território.

É interessante observar que essa esquerda marxista se forma num momento histórico (início do século XX) no qual a pseudociência raciológica



é ainda muito vigente no campo teórico e político, atuando na construção do pensamento conservador, mas, também, com influências nas políticas do Estado Nacional, com suas instituições eugênicas e higienistas; atuando não apenas no campo da saúde e da criminologia, como na educação (Costa, 2007) e, sobretudo na definição do perfil ideal do trabalhador, expresso, por exemplo, pela importação de imigrantes brancos iniciada no final do século XIX. Entretanto, se este pensamento racista não é incorporado diretamente pela esquerda marxista em formação, tampouco ele é combatido. A questão racial é vista simplesmente como algo que desviaria o debate central, que era de classe - numa acepção de classes abstrata e espelhada na Europa embranquecida. A situação das parcelas de origem africana, indígena, "nacional" da classe trabalhadora ocupa, nas análises dessa esquerda, o mesmo lugar que vai sendo obrigada a ocupar no mercado de trabalho: o da marginalização e invisibilidade.

Farias (2017) aponta como mesmo a renovação desse marxismo hegemônico, após a década de 1960, foi uma "renovação conservadora", no sentido de que, ao passo que rompe com certos esquematismos, segue míope à complexidade da nossa formação social e ao papel do racismo na conformação das relações sociais. Compartilho da hipótese levantada pelo autor de que esta miopia pode ser explicada no campo da subjetividade, da psique branca na sociedade racializada; posto que, sendo os mais renomados marxistas, brancos e de origem europeia, oriundos da imigração *desejada*, é a partir do próprio espelho que refletem sobre o Brasil; não, apenas, não dedicando-se à realidade da parcela negra e indígena da classe trabalhadora, profundamente marcada pela desigualdade racial, tomando-a apenas como objeto ou pano de fundo na história, como também, negligenciando aqueles/as que se dedicaram a explicitá-la. Assim, estudos sobre o racismo e sobre a práxis negra, como os de Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Lélia Gonzales e muitos outros estudos e movimentos políticos relevantes sobre a questão racial, não tiveram espaço de análise e seguimento, ainda, às margens.

O fato é que a não apropriação teórica e política da dinâmica concreta da classe trabalhadora brasileira, na sua existência própria, diversa e multifacetada, oculta, não apenas, as lutas e as condições das/os trabalhadores negros/as e dos povos originários, como inviabiliza uma análise correta sobre as particularidades da luta de classes como um todo e da própria história do trabalho no País, a qual, conforme Clóvis Moura (2018), ainda precisa ser escrita.



Sem querer alongar essa discussão, o que penso ser relevante destacar é que sair em defesa do não-ocidentalismo de Marx só faz sentido no diálogo com sujeitos comprometidos com o conhecimento e transformação da realidade, caso contrário, é perder-se num circuito fechado; não se convencerá os detratores profissionais de Marx ou aqueles interessados apenas na crítica da moda sobre a importância e atualidade do MHD e o seu aporte fundamental à análise concreta da realidade presente, a qual se dinamiza pela exploração e pela dominação, nas suas mais diversas formas. Como afirma Kohan (2007. p.20) “[...] a teoria social marxiana é muito mais complexa. Se se quer estudá-la com seriedade – ainda que para refutá-la ou rechaçá-la – dever-se-ia abandonar de antemão a preguiça reflexiva e as frases feitas”. Ou seja, sem superar a superficialidade da crítica desonesta, bem como o apego ao esquematismo e à transposição mecânica, não se pode conhecer a potencialidade do método de Marx.

### **O MHD na análise da dinâmica do racismo e sua relação com a superexploração da força de trabalho na América Latina**

Diante das disputas e imposições liberais-identitárias, das lacunas, dos desvios e dos limites apresentados no campo marxista e da histórica negação do racismo como determinante das relações sociais sob o capital, o que fazer? *A análise concreta da realidade concreta*, diria Lenin. Assim, há duas premissas importantes: 1) Não se pode entender a dinâmica e complexidade do racismo de modo apartado das relações sociais fundadas e sustentadas pela lógica da acumulação de capital e da sociabilidade burguesa. 2) O debate teórico e as decisões políticas também são histórica e socialmente determinados, estão inseridos, portanto, na dinâmica da luta de entre dominadores e dominados, exploradores e explorados, são parte do processo de disputa ideológica e permeados por contradições, sendo assim, móveis e em constantes reelaborações. Diante de tais premissas, seguem alguns apontamentos:

Foi pela apreensão das elaborações de Marx que grandes intelectuais e políticos encontraram subsídio para as suas fecundas elaborações, bem como para a sua práxis política revolucionária contra o colonialismo e o



racismo. As trajetórias de intelectuais marxistas anticoloniais e antirracistas<sup>10</sup> que pensaram com a própria cabeça para atender às necessidades do seu tempo histórico e espaço geopolítico, revelam a presença e importância do MHD no desvendar da realidade das periferias capitalistas, marcadas pelo colonialismo e por múltiplas dimensões da dominação - racial, sexual, de gênero, etc.

No contexto latino-americano, foi também no bojo da teoria social marxista, às margens da sua “renovação conservadora” (FARIAS, 2017), que se desenvolveram as análises mais profícuas sobre as particularidades do capitalismo neste território, com a formulação teórica das mediações próprias da relação contraditória entre capital e trabalho na América Latina, do papel da economia latino-americana na dinâmica global da acumulação do capital, no escopo da atuação de um grupo de intelectuais e militantes marxistas que ficou conhecido como Teoria Marxista da Dependência<sup>11</sup>.

É certo que não se pode dizer que tais análises tenham se desdobrado efetivamente no entendimento do papel da dominação ideológica racista nas relações sociais, o que não significa que tenham ignorado as determinações de processos fundados no bojo do escravismo colonial para o desenvolvimento capitalismo dependente.<sup>12</sup> Mas suas

---

<sup>10</sup> Como exemplo Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Kwame N'krumah, bem como José Carlos Mariátegui, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Angela Davis dentre muitos/as outros/as.

<sup>11</sup> Trata-se das formulações teóricas advindas da chamada Escola da Dependência, da qual faziam parte Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio Dos Santos, dentre outros, os quais trazem a análise do subdesenvolvimento/desenvolvimento latinoamericano considerando o desenvolvimento desigual do capitalismo e as relações imperialistas em voga, de modo a demonstrar que desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces da mesma moeda e que, a partir das relações desiguais, a dependência da América Latina é estrutural. Trazem, portanto, uma perspectiva diferente daquelas hegemônicas na década de 1960 - protagonizada pelos intelectuais aglutinados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Ignácio Rangel e Celso Furtado, e pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que traziam as interpretações do marxismo que eram hegemônicas no campo da esquerda.

<sup>12</sup> No *post-scriptum*: Sobre a Dialética da Dependência, Marini destaca o alto nível de abstração e sentido geral do seu texto, de modo que as “tendências assinaladas em meu ensaio incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social.” Destacando também que “as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses



elaborações sobre as particularidades da dinâmica do capitalismo na América Latina, realizadas em níveis mais abstratos e gerais, formam um aporte teórico a ser explorado e conectado com os esforços daqueles/as que se voltaram ao entendimento da dinâmica concreta das relações sociais, nas quais o racismo se impõe.

Feitos esses apontamentos, pretendo colocar em debate uma dupla e conexas proposição sobre: 1) a importância das elaborações da TMD para o estudo do racismo, numa perspectiva de totalização, à medida que formula os elementos gerais para a compreensão da dinâmica *sui generis* do capitalismo dependente, suas contradições e tendências (MARINI 2011; BAMBIRRA, 2019); 2) a compreensão do racismo como categoria teórica fundamental à análise das relações sociais na América Latina, não apenas como um fenômeno a ser explicado e combatido, mas, como uma categoria teórica explicativa, síntese de processos complexos e determinantes da vida social neste território - marcado pelos processos de invasão colonial, escravismo e a contínua dependência sob o jugo imperialista e suas estratégias neocoloniais.

Embora não seja exclusividade latino-americana, entendo que o racismo emerge em relação direta com a sua formação sócio-histórica subordinada e dinamiza-se no bojo da radicalização das contradições da Lei do Valor nesse território, como expressão da dominação amalgamada à superexploração da força de trabalho inerente ao capitalismo dependente (SOUZA, 2019).

A perspectiva marinista na apreensão da realidade, a partir do método marxista, nos ajuda a apreender as mediações particulares do capitalismo dependente latino-americano: a inserção subordinada das economias dependentes na divisão internacional do trabalho; a dinâmica própria e radical da transferência de valor; a superexploração como mecanismo de compensação. De acordo com Marini (2011) sendo dependentes, as economias latino-americanas têm a sua riqueza repartida entre as classes dominantes internas e externas e isso implica em extrair mais riquezas do suor e do sangue daqueles/as latino-americanos/as que trabalham. Essa apropriação repartida da riqueza implica numa

---

países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente. A importância do regime de produção escravista na determinação da atual economia de alguns países latino-americanos, como por exemplo Brasil, é um fato que não pode ser ignorado" (MARINI, 2011, p.174).



superexploração da força de trabalho; em outras palavras, implica relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria força de trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor necessário à sua reprodução. Os desdobramentos desse processo se refletem no desemprego estrutural e na inviabilidade de ampliação da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital (o que se expressaria em um padrão de consumo mais elevado, acesso a determinados bens e serviços, políticas sociais etc.).

Vale reforçar que formulação da categoria superexploração, por Marini, se dá num nível de abstração correspondente aos seus objetivos de estudos, não tem a pretensão de se impor como uma explicação homogênea e estanque da realidade, engessada no plano econômico. O próprio autor reforça que “as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 2011, p.185).

Vânia Bambirra (2019), por sua vez, nos ajuda a entender as diferentes tendências e processualidades do capitalismo dependente nos distintos países latino-americanos, evidenciando que o estudo profundo de cada formação sócio-histórica é um passo importante para a compreensão da dinâmica do subdesenvolvimento, dos seus antagonismos e contradições, apresentando um horizonte teórico-metodológico a ser explorado e aprofundado com seriedade.

Uma aproximação mais detida com a TMD revela que suas formulações nos legam chaves teóricas importantes para desvelar a realidade latino-americana. Chaves teóricas, entretanto, que só nos permitirão avançar na *análise concreta da realidade concreta* a partir da interlocução com outras importantes elaborações como as de Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, José Carlos Mariátegui dentre outros/as.

Clóvis Moura (1994; 2014), traz em suas elaborações vários elementos que colocam em evidência a relação entre racismo e fluxo latente de transferência de valor das economias periféricas/dependentes às economias centrais sob o jugo imperialista. Explicita-se na sua obra como a superexploração da força de trabalho está indissociavelmente ligada à dominação ideológica, na qual o racismo se expressa, tanto na dominação entre nações, quanto no interior de cada nação dominada.

Moura (1994) argumenta como a reciclagem e sofisticação dos mecanismos coloniais, face às relações desiguais sob o capitalismo dependente, entranham toda a vida social, comandadas por dinâmicas de



poder expressas tanto nas guerras e ameaças militares quanto, de maneira mais sutil, nos processos de construção ideológica das justificativas da exploração, de dominação cultural, educacional, etc. Nestes processos, parte da Europa Ocidental e, sobretudo, a sua imagem e semelhança, os EUA, se projetam como os únicos capazes de gerir e decidir o destino do resto do mundo, imerso na negação de sua gente, na pilhagem da sua riqueza, na subordinação e na dependência.

Tanto Marini (20011) quanto Moura (1983) destacam que, no capitalismo dependente, a massa de trabalhadores é composta por uma população muito acima das necessidades produtivas, à qual não pode ser incluída enquanto partícipe qualitativa na dinâmica da valorização do capital, sequer como consumidora; pois esta é a “franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. [No Brasil] Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar” (MOURA, 1983, p.133).

O expoente do marxismo na América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui (2010; 2011) realizou, ainda no início do século XX, elaborações que possibilitam melhor compreensão da relação entre a superexploração e o racismo. Ao analisar a realidade concreta do Peru, Mariátegui verifica o movimento do racismo como processo de dominação e perpetuação da exploração do indígena. A desmoralização e construção social do *índio* e do *negro* como raças inferiores, incapazes de gerir o destino das nações, foi a tônica na consolidação nacional em toda a América Latina. No Peru, foi a expressão do processo no qual se assentou a expropriação de terras dos povos originários e a sua manutenção em condições servis de trabalho. O autor mostra como o seu rebaixamento moral e econômico estavam atrelados, compondo, no âmago das relações de classe, um mecanismo fundamental para a hierarquização da força de trabalho e sua exploração pela economia agrário-exportadora subordinada aos interesses imperialistas. “Explorado, ridicularizado, embrutecido, o índio não pode ser um criador de riqueza. Desvalorizá-lo, depreciá-lo como homem equivale a desvalorizá-lo, a depreciá-lo como produtor” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 87).

A análise dos dados sobre a realidade dos/as trabalhadores/as negros e indígenas, ao longo da história do que se entende como desenvolvimento na América Latina, explicita que tal rebaixamento, assentado no monopólio da propriedade da terra e dos meios de produção e mistificado pelo racismo,



é a tendência histórica das relações sociais no capitalismo dependente latino-americano<sup>13</sup>.

Concordando com Almeida (2019), entendo que o racismo serve como organizador da desigualdade, como condição normal de reprodução da sociedade burguesa. Como afirma Lélia Gonzalez (1981, p. 62), é o capital que reproduz o racismo, mas “a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo ao partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas”. Esse é um elemento fundamental na criação das condições de superexploração da classe trabalhadora como um todo, assentado na sua hierarquização e fratura ideológica.

A perspectiva aqui apresentada, portanto, depreende que captar o processo de alienação do trabalho e as formas de dominação ideológica sob os *ritmos, formas e tonalidades* particulares da lei do valor na América Latina e forjar saídas coletivas e solidárias entre todas/os os explorados e dominados, requer investigar e decifrar a relação dialética entre a superexploração e o racismo. Nisto, sigo a perspectiva metodológica marxista de Clóvis Moura (2014, p. 183) ao acenar que

o problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sociorracial - ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo - deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação

---

<sup>13</sup> Mayta e Quilca (2018) trazem dados de várias pesquisas sobre as diferenças salariais entre brancos e não brancos (ou minorias étnicas) na América Latina. “Em sete países da região (Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai e Peru), o salário das minorias étnicas é 38% menor do que o das majorias étnicas (Atal, Ñopo, & Winder, 2009); Da mesma forma, na Bolívia, Equador e Guatemala, os trabalhadores indígenas recebem um salário 53,8, 42,6 e 40,8% menor, respectivamente, em relação aos trabalhadores não indígenas (Canelas & Salazar, 2014). Nesse sentido, a renda dos trabalhadores Mapuche no Chile equivale a apenas 45% dos trabalhadores não indígenas (Moraga, 2008). Na Colômbia, a diferença na renda do trabalho é de 43% entre indígenas e não indígenas (Mora & Arcilla, 2014), porém em outro estudo a diferença chega a 56,3% (Atorquiza, 2015). Finalmente, no Equador, mulheres e indígenas ganham aproximadamente 13 e 12% a menos do que homens e não indígenas, respectivamente (Pérez & Torresano, 2015)” (tradução própria).



que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu.

Para a nossa sorte, são muitas as elaborações que, às margens do academicismo, do liberalismo pós-moderno e da hegemonia do pensamento da esquerda, podem nos ajudar a situar a complexidade do problema teórico e político em questão. Mas essa, evidentemente, só pode ser uma tarefa coletiva, que deve formar parte de qualquer projeto teórico e político sério e com horizonte revolucionário.

## Referências

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDERSON, K. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. Trad. Allan M. Hillani, Pedro Davoglio. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.
- BÁEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008. P.194
- FARIAS, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. in: *Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais. SER Social*. V. 19, n. 41, 2. sem./2017.
- GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. In: *Cadernos Trabalhistas*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.
- IBGE (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa->



nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques. Acesso em 19 de outubro de 2020.

IBGE (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>

KOHAN, N. Gramsci e Marx: Hegemonia e poder na teoria marxista. *Revista Tempos Históricos*, Volume 10 (1º Semestre de 2007). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1223>  
Acesso em 19 de outubro de 2020.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até os anos 1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARIÁTEGUI, J.C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. Felipe Lindoso. -2 ed.- São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

\_\_\_\_\_. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Seleção e introdução: Michel Lowy; tradução Luiz Sérgio Henriques. - 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. -São Paulo: expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Cuaderno Kovalsky (Extractos). In: MARX, Karl. *Escritos sobre la Comunidad Ancestral*. La Paz, Bolívia. Fondo Editorial y Archivo histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional., 2015. P.101-163.

MARX K.; ENGELS F. *Correspondência*. Tomo III. Seleccionada por el Instituto Marx-Engels-Lenin (Leningrado, 1ª edición alemana 1934). Digitalización: Simón Royo Hernández, para el Marxists Internet



Archive, mayode 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m1877.htm>. Acesso em: 13/01/2019.

MAYTA, R. A; QUILCA, L. A. Desigualdad del ingreso laboral y nivel educativo entre grupos étnicos en el Perú. *Comuni@cción*, vol.9 no.1 Puno ene./jun. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2219-71682018000100006](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2219-71682018000100006) Acesso em: 19 de outubro de 2020.

MOURA, Clóvis. A. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

\_\_\_\_\_. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*. 1994.

\_\_\_\_\_. *Dialética radical do Brasil negro*. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

\_\_\_\_\_. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, 14 - 1983. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

MUSTO, M. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos*. [Tradução Rubens Enderle]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

OIT. *Impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y el Caribe 1* | Segunda Edición. Septiembre, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_756694.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_756694.pdf) Acesso em 19 de outubro de 2020

OIT. *Panorama Laboral 2019*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019. 152 p. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_732198.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf) Acesso em 19 de outubro de 2020

Souza, C. L. S. *Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Recebido em 14 jan. 2021 | aceite em 31 jan. 2021.

